

STF analisa processo contra senador

Senado Federal

Ministério Público denunciou ACM, Arruda e servidora por fraude no painel

Carolina Brígido

• BRASÍLIA. O Ministério Público Federal enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o inquérito que investiga o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o deputado José Roberto Arruda (PFL-DF) e a servidora do Senado Regina Célia Borges no episódio da violação do painel eletrônico da Casa, durante a votação secreta que resultou na cassação do ex-senador Luiz Estevão.

No documento, o Ministério Público denuncia os três e pede abertura de processo criminal contra eles por terem cometido dois crimes previstos no Código Penal: supressão de documento e violação do sigilo funcional. A ministra Ellen Gracie Northfleet, do STF, foi sorteada na semana passada para relatar o caso.

O processo no Senado poderia ser reaberto nessa legislatura, da mesma forma que a Câmara reabriu a investigação contra o deputado Pinheiro Landim, acusado de envolvimento com traficantes. Em comum, todos renunciaram para fugir à cassação e voltaram nessa legislatura.

Só que não há interesse nem entre os senadores nem no governo de reabrir o processo contra Antonio Carlos. Até a CPI para investigar a suspeita de envolvimento do senador no grampo de telefones de políticos baianos foi descartada. O argumento é que os casos são diferentes: enquanto o escândalo envolvendo Landim veio à tona quando ele já tinha sido reeleito, Antonio Carlos e Arruda tiveram de passar pelo crivo das urnas e foram inocentados por seus eleitores.



O escândalo do painel

• Em 27 de junho de 2000, na véspera da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão (PMDB-DF), o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), dizendo agir em nome do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pediu à diretora do Prodasen, Regina Borges, que violasse o painel eletrônico no dia seguinte e tirasse uma lista da votação. No dia 29, Antonio Carlos disse a José Eduardo Dutra (PTSE) que Heloísa Helena (PT-AL) votara contra a cassação de Estevão. Já em 2001, Antonio Carlos disse a três procuradores que havia

uma lista dos votantes e repetiu a declaração sobre Heloísa Helena.

Em 29 de março, a Unicamp, contratada para fazer uma perícia no painel, disse que havia 18 pontos vulneráveis. Um mês depois, o presidente da comissão de investigação criada pelo Senado, Dirceu Teixeira de Matos, confirmou que o painel fora violado. Regina depôs no Conselho de Ética e detalhou todo o processo de violação. Antonio Carlos e Arruda tentaram se explicar no conselho, mas renunciaram em maio para escapar da cassação.

13 FEVEREIRO 2003

O GLOBO